



Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D

CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

www.equatorialenergia.com.br

Demonstrações contábeis resumidas. As demonstrações contábeis a seguir constituem versão resumida, conforme parecer de orientação da CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021, e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações contábeis completas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: • <https://ri.equatorialenergia.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>; • https://www.b3.com.br/pt_br/; • <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?codigoCVM=20648>; • <https://d.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 25 de março de 2026, sem modificações na opinião, pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Receita operacional líquida	6.237.147	5.339.988
Custos de energia elétrica, construção e operação	(5.208.924)	(4.289.719)
Lucro bruto	1.028.223	1.050.269
Despesas operacionais		
Despesas com vendas	(184.280)	(316.680)
Despesas gerais e administrativas	(283.592)	(192.566)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(31.531)	(115.756)
Outras despesas operacionais, líquidas	(168.453)	(140.603)
Total de despesas operacionais	(667.856)	(765.605)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro	360.367	284.664
Resultado financeiro, líquido	(1.064.951)	(772.541)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(704.584)	(487.877)
Impostos sobre o lucro	-	48.989
Prejuízo líquido do exercício	(704.584)	(438.888)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	466.065	83.929
Aplicações financeiras	890.697	801.916
Contas a receber de clientes	1.163.475	1.041.486
Impostos e contribuições a recuperar	256.187	244.682
Outros ativos circulantes	637.993	378.874
Total do ativo circulante	3.414.417	2.550.887
Não circulante		
Contas a receber de clientes	135.858	129.560
Impostos e contribuições a recuperar	184.256	326.816
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	324.444	189.404
Ativo financeiro da concessão	1.116.348	782.759
Intangível	3.334.730	2.611.285
Ativos de contrato	1.215.790	1.213.912
Outros ativos não circulantes	271.693	408.114
Total do ativo não circulante	6.583.119	5.661.850
Total do ativo	9.997.536	8.212.737
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	731.373	545.894
Fornecedores - risco sacado	60.757	40.916
Empréstimos e financiamentos	128.860	40.714
Debêntures	147.139	375.884
Impostos e contribuições a recolher	249.579	187.435
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	315.422
Provisão para riscos judiciais	409.941	390.829
Outros passivos circulantes	502.155	323.949
Total do passivo circulante	2.229.804	2.221.043
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	2.121.823	2.013.848
Debêntures	5.654.721	3.271.216
Impostos e contribuições a recolher	2.630.360	2.638.250
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	154.801	230.478
Provisão para riscos judiciais	597.000	496.023
Benefício pós-emprego	723.135	720.421
Outros passivos não circulantes	154.436	239.789
Total do passivo não circulante	12.036.276	9.610.025
Patrimônio líquido negativo		
Capital social	3.385.861	3.385.861
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.020.717)	(1.074.793)
Reserva de capital	1.865	1.570
Prejuízos acumulados	(6.635.553)	(5.930.969)
Total do Patrimônio líquido negativo	(4.268.544)	(3.618.331)
Total do passivo e Patrimônio líquido negativo	9.997.536	8.212.737

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D ("Companhia" ou "CEEE-D"), é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Clovis Paim Grivot, nº 11, Bairro Humaitá, cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos S.A. ("Equatorial Participações"), tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na sua área de concessão legal que abrange 72 dos 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, cobrindo uma área de 87.101 km² (*), atendendo, em 31 de dezembro de 2025, 1.998.796 (*) consumidores, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3). (*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada. **1.1. Continuidade operacional:** Quando da elaboração das demonstrações contábeis, a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses. Após os impactos do evento climático extremo em maio de 2024 e outros eventos climáticos ocorridos durante o exercício de 2024, a Companhia salienta que tanto as ações de cobrança quanto o processo de faturamento voltaram à normalidade desde agosto de 2024 e que não comprometeram sua continuidade operacional. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou capital circulante líquido no valor de R\$ 1.184.613 (R\$ 329.844 em 31 de dezembro de 2024), além de resultado antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro positivo, desde a entrada do novo acionista controlador em 2021, de R\$ 360.367 (R\$ 284.664 em 31 de dezembro de 2024), devida à melhoria dos indicadores de perdas, significativa redução das despesas operacionais, aumento da tarifa e do volume de energia faturada que, em 31 de dezembro de 2025 alcançou 8.771 GWh (*) (8.480 GWh (*) em 31 de dezembro de 2024). (*) Informação não auditada. A Companhia vem ainda apresentando geração de caixa operacional negativo de R\$ 672.526 e prejuízo de R\$ 704.584 em 31 de dezembro de 2025 (caixa operacional negativo R\$ 601.987 e prejuízo de R\$ 438.888, em 31 de dezembro de 2024). Com objetivo de fortalecer seus fluxos de caixa operacionais e seus resultados, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes: (i) Fortalecimento das ações de cobrança; (ii) Alongamento da dívida mediante captação de recursos em instituições financeiras de primeira linha, a custo de mercado e aval da Equatorial S.A., para liquidação dos empréstimos e debêntures classificadas no curto prazo. As novas captações, além do prazo, tiveram como objetivo garantir o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia; (iii) Expansão e diversificação das ações de combate ao furto de energia com manutenção de 205 equipes de combate às perdas em 2024 e para o exercício de 2025 foram mantidas 140 equipes com expansão das ligações em Sistema de Medição Centralizada (SMC); e (iv) Adoção de maior rigor e disciplina na gestão de despesas por meio de novos comitês implantados pela Equatorial S.A. na assunção do controle. A Administração acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro. **1.2. Ocorrência de eventos climáticos extremos na área de concessão da CEEE-D:** A área de concessão sob responsabilidade da Companhia está localizada em uma região sujeita à ocorrência de eventos climáticos extremos. Em 2024, os diversos eventos climáticos registrados impactaram a operação da Companhia, resultando em efeitos contábeis totais de R\$ 39.945 compostos por perdas de estoques e baixa de ativos no montante de R\$ 27.263 e despesas operacionais com atendimento emergencial no montante de R\$ 12.682. A Companhia finalizou as inspeções dos materiais sinistrados e apresentou todos os pleitos às seguradoras, com base nas coberturas previstas em suas apólices de riscos operacionais. As apólices contemplaram integralmente os sinistros identificados. Ao longo do processo de regulação, a Companhia recebeu valores a título de adiantamentos de indenização, bem como receitas provenientes da venda de materiais recuperados (salvados). A regulação do sinistro foi devidamente concluída com o recebimento do pagamento final em 03 de novembro de 2025. O valor total recebido ao longo da regulação do sinistro pela Companhia, considerando indenização securitária e salvados, foi de R\$ 22.951, encerrando-se, assim, o processo de sinistro. Em 28 de julho de 2025 ocorreu um evento climático que atingiu toda a área de concessão, com desligamento de 430 mil clientes no seu momento mais crítico. A normalização total do atendimento ocorreu em 04 de agosto de 2025. A Companhia não teve danos a estruturas que comprometessem a continuidade da prestação do serviço no curto, médio e longo prazo, sendo as principais perdas restritas a cabos, postes, transformadores e pequenas estruturas que foram substituídas durante atuação das equipes de campo para recomposição do sistema. Em 07 de novembro de 2025 um ciclone extratropical com rajadas de vento de até 100km/h atingiu a área de concessão da Companhia. Este evento ocasionou desligamentos em parte da concessão, chegando a 200 mil clientes desligados no seu momento mais crítico, aproximadamente 10% do total de consumidores. O atendimento em toda a área de concessão foi normalizado em 11 de novembro de 2025. A Companhia não teve danos a estruturas que comprometessem a continuidade da prestação do serviço, sendo as principais perdas restritas a cabos, postes, transformadores e pequenas estruturas que foram substituídas durante atuação das equipes de campo para recomposição do sistema. Em 31 de dezembro de 2025, os eventos climáticos totalizaram despesas registradas no valor de R\$ 1.784 (R\$ 12.682 em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL publicou, em 2025, a Resolução Normativa nº 1.137, que estabelece diretrizes relacionadas à atuação das distribuidoras em situações de emergência e à comunicação com consumidores. A Companhia encontra-se em fase de implementação das exigências da norma, por meio de plano de ação interno, considerando os diferentes prazos regulatórios previstos. Quanto ao dimensionamento orçamentário, a Administração informa que, até a data de encerramento do exercício, não foi identificada a necessidade de alocação adicional de recursos em decorrência da aplicação da referida resolução. Dessa forma, não houve reconhecimento contábil de efeitos relacionados à norma nas demonstrações contábeis do exercício. **1.3. Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, a qual entrará em vigor a partir de 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032. Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026 que regulamenta a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do IBS, consolidando os aspectos operacionais necessários para o início do período de teste do novo sistema. No entanto, aspectos operacionais e detalhes especificados ainda dependem de regulamentação complementar. Até 31 de dezembro de 2025, não foram reconhecidos efeitos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. No entanto, a Administração ressalta que o advento da LC 227/2026 traz maior previsibilidade ao rito de transição que se iniciará no exercício de 2026. A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas em legislação complementar. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. 2.1. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS). A Companhia, quando aplicável, também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, ajustadas para

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Receitas	8.799.620	7.510.188
Insumos adquiridos de terceiros (inclui - ICMS e IMA)	(5.546.211)	(4.738.268)
Valor adicionado bruto	3.253.409	2.771.920
Amortização	(272.564)	(158.280)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	2.980.845	2.613.640
Valor adicionado recebido em transferência	890.690	789.309
Valor adicionado total a distribuir	3.871.535	3.402.949
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	107.086	106.719
Impostos, taxas e contribuições	2.530.537	2.186.511
Remuneração de capitais de terceiros	1.938.496	1.548.607
Remuneração de capitais próprios	(704.584)	(438.888)
Valor adicionado	3.871.535	3.402.949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados a valor justo; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e todos os valores estão arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de uma hedge de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia preparou as demonstrações contábeis partindo do pressuposto de continuidade operacional. As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. As informações relevantes das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2026. **2.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. **3. Políticas contábeis materiais.** As políticas contábeis materiais, descritas abaixo são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações. **3.1. Reconhecimento de receita:** A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contrato com Cliente", à medida que satisfaz a obrigação de performance ao transferir bens e serviços ao Cliente. As receitas operacionais da Companhia, no âmbito da atividade de distribuição de energia elétrica, são compostas por: (i) Receita de distribuição: reconhecida com base na energia elétrica efetivamente consumida pelos clientes, conforme o calendário de leitura e a tarifa estabelecida pela ANEEL. A receita não faturada, correspondente ao período entre a última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida no mês da prestação do serviço; (ii) Receita pela disponibilidade: uso da rede, referente à infraestrutura de distribuição colocada à disposição de consumidores livres e cativos, mensurada com base na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), conforme regulação da ANEEL; (iii) Receita de construção: derivada de serviços de construção e melhorias da infraestrutura associada à concessão, reconhecida conforme o estágio de execução da obra. Em função do modelo regulatório, essa receita é reconhecida com margem de lucro nula, uma vez que não há previsão tarifária de remuneração sobre essa atividade; e (iv) Receita de remuneração dos ativos financeiros indenizatórios: calculada pelo método dos juros efetivos, com base na taxa regulatória (WACC) e atualizada monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), refletindo o valor justo do ativo financeiro vinculável à indenização ao final da concessão. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **3.3. Ativo intangível e ativo financeiro da concessão:** A Companhia opera sob contrato de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica, firmado com a União, na qualidade de Poder Concedente. O contrato estabelece que: (a) Os serviços a serem prestados, as classes de consumidores atendidas e os padrões de desempenho exigidos; (b) A obrigação de manutenção e devolução da infraestrutura nas mesmas condições originais, demandando investimentos contínuos; (c) O direito à indenização ao final da concessão pelos ativos vinculados não amortizados/depreciados; (d) A regulação tarifária com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), assegurando a cobertura de custos, amortização dos investimentos e remuneração do capital. Em conformidade com a ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, a Companhia adota os seguintes critérios de contabilização: Ativo financeiro: referente ao direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente pelos investimentos realizados, mensurado com base no Valor Novo de Reposição (VNR); Ativo intangível: referente ao valor residual não indenizável, recuperável mediante a prestação contínua do serviço ao consumidor final. A infraestrutura utilizada na concessão é recuperada através de: (i) faturamento decorrente do consumo de energia durante o prazo da concessão; e (ii) indenização por bens reversíveis ao final da concessão. **3.3.1. Ativo financeiro da concessão:** A Companhia reconhece ativo financeiro da concessão sempre que possui direito contratual incondicional de receber caixa do Poder Concedente (indenização). Quando a remuneração se dá parte por ativo financeiro e parte por ativo intangível, os componentes são reconhecidos separadamente com base em seu valor justo inicial, sem reclassificação posterior, salvo alteração no modelo de gestão dos ativos financeiros. Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o ativo financeiro é atualizado, mensalmente, considerando o IPCA, por ser este um dos principais índices de atualização utilizado pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. A atualização é registrada contabilmente em receitas operacionais, conforme diretrizes da OCP 05 - Contratos de Concessão, alinhando-se ao modelo de negócio da Companhia. A Lei nº 12.783/2013 determina que a indenização utilize a metodologia do VNR, considerando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida pela ANEEL. A remuneração inclui também ativos ainda não homologados, estimados com base no IPCA e projeções de glosas fundamentadas em experiências anteriores, conforme práticas da Administração, buscando refletir o valor justo dos ativos. A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. **3.3.2. Ativo intangível:** A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04 (IFRS 38) um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Receita operacional líquida	6.237.147	5.339.988
Custos de energia elétrica, construção e operação	(5.208.924)	(4.289.719)
Lucro bruto	1.028.223	1.050.269
Despesas operacionais		
Despesas com vendas	(184.280)	(316.680)
Despesas gerais e administrativas	(283.592)	(192.566)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(31.531)	(115.756)
Outras despesas operacionais, líquidas	(168.453)	(140.603)
Total de despesas operacionais	(667.856)	(765.605)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro	360.367	284.664
Resultado financeiro, líquido	(1.064.951)	(772.541)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(704.584)	(487.877)
Impostos sobre o lucro	-	48.989
Prejuízo líquido do exercício	(704.584)	(438.888)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Prejuízo Líquido do exercício	(704.584)	(438.888)
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Resultados abrangentes (hedge e benefícios pós-emprego)	54.076	174.919
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	54.076	174.919
Total resultados abrangentes	(650.508)	(263.969)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(672.526)	(601.987)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(1.321.423)	(735.494)
Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades de financiamento	2.376.085	956.425
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	382.136	(381.056)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	83.929	464.985
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	466.065	83.929
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	382.136	(381.056)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.385.861	1.296	(1.249.712)	(5.492.081)	(3.354.636)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.385.861	1.570	(1.074.793)	(5.930.969)	(3.618.331)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.385.861	1.865	(1.020.717)	(6.635.553)	(4.268.544)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04 (IFRS 38). A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador. **3.3.3. Obrigações especiais:** Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Essa exigência garante a conformidade com as regulamentações e a supervisão do órgão regulador, assegurando que as obrigações sejam tratadas de acordo com as normas estabelecidas, conforme previsto na Lei nº 8.987/1995 e na Lei nº 12.783/2013. **3.4. Ativos de contrato.** Os ativos de contrato são direitos